

Estatais geraram superávit de Cr\$ 3 tri

BRASÍLIA — Apontadas antes como responsáveis por um possível desajuste das finanças públicas, o que originou sérias divergências entre o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o ex-ministro da Infraestrutura João Santana, as empresas estatais acabaram dando a maior contribuição para o esforço de redução do déficit público.

As empresas de propriedade do governo foram o único setor que conseguiu um resultado superior ao programado, com um superávit primário de Cr\$ 3 trilhões, contra o Cr\$ 1,6 trilhão programado.

O bom comportamento das finanças das estatais, segundo o secretário de Planejamento, Pedro Parente, decorreu do aumento de receita provocado pelos reajustes de tarifas. Os cálculos do governo indicam que, em abril, as tarifas de energia elétrica estavam 16% acima da média do ano passado, em termos reais (descontada a inflação), e as de telecomunicações, 12% acima.

Em maio, os preços de gasolina e do álcool estavam na média do ano passado, o do diesel 26% acima, e os do óleo combustível e do gás, 15% mais altos.

Se as empresas estatais foram motivo de comemoração, o mesmo não ocorreu com as finanças de estados e municípios, que re-

gistraram um déficit primário de Cr\$ 400 bilhões, em vez do esperado superávit.

Ao Fundo Monetário Internacional (FMI) foi prometido que estados e municípios teriam um superávit de Cr\$ 1,1 trilhão. A queda de receita é também apontada como a responsável por esse resultado, embora a equipe econômica ainda não possa determinar as causas do estouro com segurança. Os cálculos dos estados e municípios foram feitos pela variação do seu estoque da dívida no Banco Central (BC), pois, no momento, ainda não é possível fazer um levantamento completo das receitas e despesas.

Mesmo sem saber as causas, a equipe econômica acredita que estados e municípios devem apresentar melhores resultados no segundo trimestre.

O governo restringiu a concessão de novos empréstimos para os governos estaduais e para as prefeituras, e Parente acredita que as receitas também devem melhorar com o crescimento da arrecadação do Imposto de Renda, da qual 50% são transferidos aos estados e aos municípios.

Mesmo tendo descumprido as metas, o Brasil não pretende pedir **waiver** (perdão) ao FMI, única forma de receber a segunda parcela do empréstimo.